

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 1/2022

Pelas 15 horas do dia 26 de fevereiro de 2022, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Gavião, na Casa do Povo de Gavião. A sessão contou com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Mónica Mota Marques, Alberto Paisana Faria, Fábio Miguel Florindo Gomes, José Manuel Praia Neves, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Isabel Maria Casa Branca Martins, Ana Luísa Flores Jeremias, Sílvia Tibúrcio da Palma, Ana Luisa Marques Carias, Fernando Manuel Meneses Faca, Paulo Jorge Serra dos Santos, Martina Marcelino de Jesus, Jorge Manuel Rodrigues Peixeiro e Germano Manuel Baptista Porfírio. -----

Registou-se a ausência dos deputados António José Teixeira Gueifão Estevinha e Paulo José Estrela Vitoriano de Matos, por motivos pessoais, tendo solicitado que as faltas fossem consideradas justificadas. -----

Colocados os pedidos à apreciação da assembleia as faltas foram consideradas justificadas. -----

Ambos os deputados solicitaram substituição. Nos termos do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foram substituídos respetivamente por Nuno Miguel Marcelino Gravelho e Andreia Sofia Gaspar Ascensão. -----

Também não participou na reunião o senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, Abílio Flores Mendes tendo justificado a sua ausência, comunicando que seria substituído por Helena Maria Dias Sebastião, secretária da Junta de Freguesia de Comenda, nos termos legalmente estabelecidos. -----

Assistiu à reunião o senhor presidente, José Fernando da Silva Pio, o senhor vice-presidente, António Severino, a senhora vereadora Graciosa Chambel e o senhor vereador Vitor Filipe. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos seis, sete, oito e nove da ordem de trabalhos**. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia municipal cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão. Antes de iniciar a ordem do dia, questionou se algum membro pretendia intervir. -----

O senhor deputado Nuno Gravelho, em representação do grupo municipal do PS, apresentou a moção abaixo transcrita: -----

“O Partido Socialista concelhia de Gavião, condena veementemente o ataque militar perpetuado pela Rússia contra a Ucrânia. -----

Apoiamos firmemente a soberania e a integridade territorial da Ucrânia, considerando que em pleno Século XXI é inadmissível que ainda haja líderes que privilegiem o recurso às armas em detrimento de soluções pacíficas e diplomáticas. -----

Manifestamos total apoio às populações afetadas e exortamos toda a comunidade internacional para prestar todo o apoio necessário, de forma urgente e efetiva. -----

O respeito pelo direito Internacional e pelos acordos firmados levam-nos a apelar à retoma imediata das negociações, por forma a encontrar um caminho para um futuro pacífico e próspero das regiões afetadas. -----

Ao povo Ucrainiano, muito particularmente à comunidade Ucrainiana residente em Portugal, manifestamos a nossa solidariedade, desejando que rapidamente seja restabelecida a normalidade democrática no vosso País. -----

Reiterando o enorme repúdio por esta agressão, comandada por um líder prepotente, desumano e profundamente insensível, apelamos particularmente aos países da União Europeia que se mantenham unidos e lutem até ao limite das forças, pela reposição das fronteiras da Ucrânia, exigindo ao mesmo tempo a retirada imediata das forças Russas, enquanto agressoras de um Estado de direito. -----

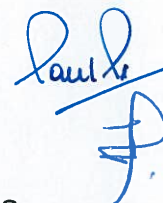
Assim, os eleitos do Partido Socialista propõem: -----

Guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas do conflito; -----

Remeter a presente moção à Embaixada da Ucrânia em Portugal, bem como ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.” -----

Colocada a votação, a moção foi **aprovada por unanimidade** e foi cumprido um minuto de silêncio. -----

A senhora deputada Ana Luisa Carias, em representação do grupo municipal do PS, propôs a atribuição do seguinte voto de louvor: -----



“Considerando as funções desempenhadas pela professora Paula Cristina Duarte Pessoa, enquanto representante do Ministério da Educação na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gavião, ao longo de 9 anos (desde 15 de novembro de 2013), desempenhando igualmente o cargo de presidente daquele órgão, entre 26 de janeiro de 2016 e 17 de fevereiro de 2022, funções que agora cessam por imposição legal, a Assembleia Municipal de Gavião atribui um voto de louvor à professora Paula Cristina Duarte Pessoa pelo serviço prestado ao município no âmbito das funções antes citadas”. -----

Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

A senhora deputada Isabel Casa Branca Martins questionou se já tinha havido resposta ao ofício acerca da carência de efetivos no posto da GNR de Gavião, uma vez que tinha ocorrido mudança de ministro da tutela. Manifestou a sua preocupação face à insegurança. -----

O senhor presidente da assembleia municipal informou que tinha participado no III Congresso da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, de que a Assembleia Municipal de Gavião é membro. Leu a carta remetida pela ANAM, a agradecer a sua presença e intervenções, bem como informando que seriam remetidas as conclusões do congresso. Afirmou o seu orgulho, por integrar o Conselho Geral da ANAM, em 14.º lugar, num universo de 308 assembleias municipais. -----

Deu conhecimento do ofício da CPCJ de Gavião, a informar a saída da Prof.ª Paula Pessoa do lugar de presidente e informando que tinha sido eleita como presidente, a Dr.ª Eva Branquinho Neves Churro. Formulou votos de sucesso para a presidente eleita. -----

De seguida, apresentou uma breve súmula dos assuntos que constavam nas atas do executivo municipal dos meses de dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022. -----

Na ata da reunião realizada em 15 de dezembro de 2021 não destacou nenhum assunto. -----

Na ata da reunião realizada em 5 de janeiro de 2022 salientou a referência ao material informático da extensão de saúde de Comenda e questionou o ponto de situação. -----

Na ata da reunião ocorrida em 19 de janeiro, afirmou que a mesma espelha a dinâmica de obras e projetos a decorrer, mas não destacou nenhum assunto. – Na ata da reunião realizada em 2 de fevereiro de 2022, quis manifestar na qualidade de presidente da assembleia municipal o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Município de Gavião na mitigação à COVID19. Enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Eng.º Bruno Marques que foi uma mais valia neste processo. Salientou que o Coordenador Municipal de Proteção Civil tem sido incansável. A sua dedicação e empenho têm ido muito para além das suas obrigações. Tem dispensado extraordinária atenção aos problemas, mantendo sempre incedível interação com as instituições. Frisou que ocorreu uma fase de pico, a nível nacional, e não foi um problema no concelho de Gavião. ----- Frisou que ficava naquela data mais uma vez comprovado que a mudança de horário de realização das sessões não tem qualquer interferência na presença de público ou faltas dos deputados. Desafiou quem quisesse a ir verificar os registos dos últimos 10 ou 20 anos e caso verificasse que não era assim tinha far-se-ia uma alteração ao regimento, neste ponto em particular. Frisou que, efetivamente, as pessoas vêm às sessões quando querem ou podem, independentemente do horário ou dia de realização das mesmas. Informou que as sessões serão marcadas em função da agenda de trabalhos, sem fundamentalismos. Assegurou também que seria realizada uma sessão descentralizada, para levar este órgão às freguesias, uma vez por ano. De seguida, passou a palavra ao senhor presidente da câmara para responder às questões colocadas. ----- O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes. Em resposta à deputada Isabel Casa Branca Martins, informou que a CIMAA (Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo) tinha feito novo pedido de audiência, porque o problema da falta de efetivos nos postos da GNR é transversal a todo o interior do país. Sublinhou que esse assunto tem sido abordado em todas as reuniões do Conselho Intermunicipal. Deu nota que o posto de Gavião era o que registava menos ocorrências, por furto, violência ou outros assuntos, no distrito de Portalegre. Relativamente à questão do material informático do posto médico de Comenda, começou por esclarecer que a remodelação do espaço foi uma parceria entre a ULSNA – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, a Santa Casa da Misericórdia de Gavião e o

Paulo
A.

Município de Gavião. Tendo verificado que havia necessidade de renovar o equipamento informático, o município disponibilizou-se para assumir a renovação do mesmo, mas a ULSNA informou que já tinha material destinado a esse fim. Afirmou que não sabia se o material já se encontrava no posto médico. Esclareceu que havia eco de dificuldades na emissão de receitas, mas o Centro de Saúde tinha informado que as receitas urgentes eram passadas manualmente e as restantes eram passadas em Gavião e entregues aos utentes posteriormente. Referiu também que era dito que o médico apenas dava seis consultas, por dia, na Comenda, mas tinha sido informado que enquanto estava na Comenda, o médico dava as consultas possíveis. -----
De seguida, o senhor presidente da câmara leu o documento que abaixo se transcreve: -----

“Senhor Presidente, da Assembleia Municipal; -----

Ex.mos Senhores Vereadores; -----

Ex.mos Senhores Presidentes, de Junta de Freguesia; -----

Senhores Membros da Assembleia Municipal; -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras; -----

Importa hoje refletirmos um pouco sobre as recentes eleições legislativas, de 30 de janeiro de 2022, pois entendo, que passado um mês, interiorizados os resultados, é chegado o momento desta reflexão. Quero aqui deixar bem explícito que esta intervenção apenas me vincula a mim, apesar de ter feito uma intervenção semelhante em reunião de câmara, que mereceu apoio dos vereadores do Partido Socialista, não havendo qualquer reação dos outros vereadores. -----

Caros Membros da Assembleia Municipal; -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras; -----

Passado quase um mês, chegou o momento de exprimir o meu regozijo pela vitória do Partido Socialista, nesta corrida eleitoral. -----

Enquanto presidente da câmara do concelho mais Socialista de Portugal, não posso, nem quero deixar de saudar o Partido Socialista, o seu líder Dr. António Costa e os nossos deputados eleitos, Ricardo Pinheiro e Eduardo Alves, pela estrondosa vitória conseguida no concelho de Gavião, no Distrito de Portalegre e em Portugal inteiro. Muitos Parabéns, tenho a certeza que vamos ter um governo de grande qualidade e que saberá preparar Portugal para os desafios

Saul
P.

do futuro. Mas nem tudo foram “Rosas” nestas eleições e olho com extrema preocupação a ascensão do Partido “Chega” no panorama nacional, distrital e concelhio, fixando-se como 3ª força política. -----

O Partido “Chega” quer convencer-nos, que a democracia deve aceitar tudo, até o debate sobre ideias inaceitáveis. Por exemplo, André Ventura acha que há portugueses que não são de bem, onde se incluem os ciganos, os negros os homossexuais, e outros, para quem o líder do “Chega” queria confinamentos específicos, tipo guetos, proibidos pela Constituição da República. -----

Importa estarmos atentos a todos os extremismos, somos um país de brandos costumes, não importa se o extremismo é de direita ou de esquerda. -----

Falo hoje do “Chega”, que é claramente um partido fascista, populista, que não defende a República, nem a Constituição, porque este, é hoje um problema real, com que nos vamos confrontar diariamente. Continuem os incautos a acreditar na verborreia populista dos seus líderes fascistas e fascizantes e rapidamente recuaremos 50 ou 60 anos, perdendo todas as conquistas que o 25 de abril de 1974, nos ofereceu. -----

Caras e Caros membros da assembleia municipal, Meus senhores e minhas senhoras: -----

O único radicalismo, que entendemos é o que não há alternativas para a democracia. Queremos continuar a cultivar a liberdade, a autonomia, a descentralização, a iniciativa, a criatividade, a celebração da diversidade e da diferença. -----

Continuaremos progressistas, favoráveis à criação e à distribuição da riqueza, no quadro de uma economia de mercado. -----

Defendemos uma economia de bem-estar, aberta à pluralidade das iniciativas e das formas económicas privadas, públicas e sociais, regulada pelo mercado e por instituições públicas adequadas”. -----

Continuaremos o “combate às desigualdades e discriminações fundadas em critérios de nascimento, sexo, orientação sexual, origem racial, fortuna, religião ou convicções, predisposição genética, ou quaisquer outras que não resultem da iniciativa e do mérito das pessoas, em condições de igualdade de direitos e oportunidades”. -----

Estaremos linha da frente na defesa dos valores da liberdade, da democracia.

Posto isto e porque tenho a certeza que o Povo Português e os Gavionenses em particular, saberão dar a resposta adequada, como sempre deram, falemos da atualidade. -----

Com a pandemia COVID 19 a chegar ao fim, com a implementação no terreno do Programa de Recuperação e Resiliência e com o início da contratualização do Programa Europeu 20/30, vivemos talvez, o maior desafio do Poder Local Democrático. -----

A velocidade de cruzeiro da inoculação da vacina contra a COVID, permite-nos acreditar num futuro mais risonho, mais próspero, na certeza de que a Pandemia nos deixou mais preparados para dar resposta a eventuais situações que nos assolem no futuro. -----

Quero, aqui mais uma vez saudar o incansável trabalho do Governo Português, das Instituições ligadas à Saúde, das Instituições ligadas à Segurança Social, os Bombeiros, a Proteção Civil, as Escolas, as Autarquias e das muitas Instituições e muitos anónimos que lutaram e lutam diariamente no combate a este vírus que de forma invisível nos flagelava de forma silenciosa, mas com consequências inimagináveis. -----

Diz o Governo Português e dizemos nós, que agora é tempo de agir; -----

A primeira condição da recuperação é o sucesso do processo de vacinação, que está conseguido, e sem o qual não seria possível retomar em segurança a normalidade do nosso dia-a-dia. É indispensável que continuemos a trabalhar coordenadamente porque só em conjunto venceremos o vírus, restabelecendo a plena liberdade de circulação. -----

Em paralelo, temos de pôr em execução os instrumentos de recuperação postos à nossa disposição como são o PRR e o quadro comunitário 20/30. A máxima atenção, que vamos continuar a por no combate à pandemia exige-nos lutar pelos desafios estratégicos que temos pela frente e que em devido tempo foram aprovados em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal. ----

“Turismo, Educação/Juventude, Emprego, Ação Social, Habitação, Saúde, Cultura, Património, Desporto e Tempos Livres, Agricultura Floresta e Desenvolvimento Rural, Transição Digital, Transição Climática/Proteção do Ambiente, Proteção Civil”. -----

Continuamos a querer: -----

Paulo
A

Afirmar a qualidade de vida no Concelho de Gavião, como fator competitivo para o nosso Futuro coletivo; -----

Estimular o Desenvolvimento Económico; -----

Apostar no Desenvolvimento Rural; -----

Investir numa gestão moderna, eficaz e participada. -----

Este é o momento decisivo, que exige maior esforço ambição, para conseguirmos cumprir o nosso compromisso com todos os Gavionenses, de fazer o nosso concelho voar cada vez mais alto. -----

Mantemos uma atenção particular ao novo Pacote dos Serviços Digitais, enquanto instrumento fundamental para a proteção dos direitos individuais, para trazer maior concorrência ao mercado digital, estimulando o empreendedorismo e a criatividade. -----

Prosseguiremos na execução de todos os projetos em curso e acreditem, brevemente traremos novidades a este local privilegiado de debate, novos investimentos quer públicos, quer privados serão anunciados. -----

Caras e Caros membros da Assembleia Municipal, -----

Disse-o no discurso de posse e reafirmo-o agora: -----

Sabemos a grandeza e a responsabilidade da tarefa que temos pela frente.

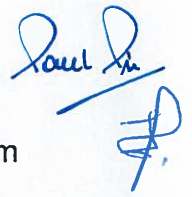
Agiremos sempre com humildade, firmeza, serenidade, sentido de responsabilidade, pelo concelho de Gavião e por todos os Gavionenses. -----

Queremos continuar a fazer do concelho de Gavião um concelho moderno e cosmopolita, que acredita no espírito de iniciativa e no empreendedorismo. -----

Como Republicanos que somos defendemos uma cultura humanista, científica e tecnológica, onde a livre circulação das pessoas, a troca de ideias, constituem ingredientes fundamentais da vida e do progresso coletivos. -----

Com a plena convicção que nada fazemos uns sem os outros, e os outros são os quase quatro mil habitantes do nosso concelho, e é para todos estes e com estes que queremos e iremos continuar a trabalhar.” -----

A senhora deputada Ana Luísa Carias pediu permissão para intervir na qualidade de enfermeira-chefe do Centro de Saúde de Gavião e informou que ainda não tinham sido substituídos os equipamentos informáticos do posto médico da Comenda. Salientou que o principal problema era a falta de rede internet, mas a operadora (MEO) estava a tentar resolver o problema. Em relação às receitas médicas, confirmou que as receitas mais urgentes eram



passadas de forma manual na consulta e as restantes eram passadas em Gavião e levadas para a Comenda. Frisou que ninguém ficava sem receitas na extensão de saúde da Comenda. Quanto às consultas, salientou que está definido o limite de agendamento de 6 consultas, mas não é apenas na Comenda. O médico vai à Comenda 3 dias por semana, se der 6 consultas por dia, são 18 consultas por semana. Frisou que às consultas acrescem ainda todos os procedimentos administrativos de prescrição de receitas, exames médicos, etc. Sublinhou também que, o médico atende todas as pessoas que necessitam e se não houver disponibilidade na extensão da Comenda, atende os utentes no Centro de Saúde Gavião. Afirmou que os constrangimentos na parte informática, causam alguma lentidão, mas o problema estava a ser resolvido, com colocação de um novo bastidor. Salientou ainda que o atendimento médico na Comenda, já tinha estado muito pior e que o médico nunca recusava atender ninguém. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados. Evidenciou a importância do período de “antes da ordem do dia” e a colocação de questões pertinentes, do interesse dos munícipes. Sublinhou que, quando as questões são colocadas e respondidas com respeito e dignidade, enobrecem este órgão. -----

PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior;

O senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais: Martina de Jesus, Paulo Santos, Ana Carias, Helena Sebastião, Nuno Gravelho e Andreia Gaspar, por não terem estado presentes na respetiva sessão. -----

PONTO DOIS = informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo - alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 25 de fevereiro de 2022, que apresentava um saldo

de 899.354,37€ (Operações Orçamentais – 662.738,96€ e Operações de Tesouraria – 236.615,41€). -----

Informou que os valores apresentados incluíam o pagamento dos vencimentos do mês de fevereiro. Todos os pagamentos estavam em dia. Havia verbas a receber das candidaturas, cujos pedidos de pagamento já tinham sido feitos. ---

O senhor presidente da assembleia agradeceu as informações prestadas e deu a palavra aos membros da assembleia. -----

A senhora deputada Martina de Jesus começou por cumprimentar todos os presentes e questionou o ponto de situação do processo de aquisição da escola velha de Belver, bem como das obras do Lagar da Fraga, que estavam paradas há cerca de 6 meses. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que tinha havido uma avaliação à escola velha e, contrariamente ao que lhes tinha sido dito numa reunião em que a senhora presidente da junta também tinha estado, o valor duplicou face ao que tinha sido aceite como valor de referência. Informou que tinha sido remetido ofício a manifestar acordo com os valores da primeira avaliação. Afirmou que aguardava a resposta a esse ofício. A avaliação tinha ocorrido à cerca de um mês e meio, tinha avaliado o terreno do parque em cerca de 14 mil euros e o outro em 18 mil euros. Tinham sido duplicados os valores já aceites pela câmara municipal. Em relação ao Lagar da Fraga, informou que a obra que tinha sido adjudicada estava concluída. Mantinha-se o que sempre tinha dito, se houver possibilidade de candidatura, para fazer a musealização do espaço, será formalizada. Salientou que, por administração direta, seria feita a recuperação da azenha e dos canais que fazem a ligação a essa azenha. Reforçou que a musealização só avançará se houver possibilidade de candidatura, afirmando ter esperança que no Portugal 2020-30 isso acontecesse. Nesta fase o que podia ser feito, já estava concluído: cobertura, portas, janelas, pintura. -----

A senhora deputada Martina de Jesus, sugeriu que a câmara municipal fizesse uma contraproposta quanto ao valor da escola velha, recorrendo a peritos avaliadores certificados. Salientou ainda que no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) a habitação social seria financiada a 100% e, na sua opinião, essa seria a solução para aquele espaço. Em relação ao Lagar da Fraga, afirmou pensar que também seria recuperada a azenha e a levada. -----



O senhor presidente da câmara confirmou que seria recuperada a azenha e a levada e isso já estava falado com o encarregado geral municipal, por administração direta. Quanto à escola velha, afirmou saber que o PRR financiará a habitação social a 100% e a contraproposta tinha sido feita, com base na avaliação do senhor chefe da divisão de obras do Município de Gavião. Tinha sido feita a oferta de 8 mil euros. Para a candidatura ao PRR era necessária a Estratégia Local de Habitação. Afirmou esperar que em abril a Estratégia Local de Habitação estivesse concluída e pudesse vir à assembleia municipal para aprovação. -----

PONTO TRÊS = declarações de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2021, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

Nos termos da citada legislação, a assembleia municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2021, registados na base de dados de controlo de execução orçamental do Município de Gavião; -----

A senhora deputada Andreia Gaspar questionou se, atendendo ao montante de cerca de 4 milhões de euros transitados, havia condições financeiras a nível de tesouraria para atender aos compromissos. -----

O senhor presidente esclareceu que os compromissos transitados diziam respeito a vencimentos dos trabalhadores municipais, combustíveis, transportes escolares e outras despesas inerentes à gestão corrente. Assegurou que quando se assumem novos compromissos há condições para o fazer. Afirmou estar tão tranquilo, que brevemente seriam assumidos novos compromissos, novas obras, investimentos que contribuirão para um melhor Gavião. -----

PONTO QUATRO = declarações de pagamentos e recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro de 2021, nos termos da alínea b) do do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março; -----

Nos termos da referida legislação, a assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

Paul Xi
A

- Declaração de pagamentos em atraso, do Município de Gavião à data de 31 de dezembro (não tinha pagamentos em atraso); -----

- Declaração de recebimentos em atraso da Divisão Financeira) do Município de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

- Declaração de recebimentos em atraso da Divisão de Obras e Serviços Urbanos do Município de Gavião, à data de 31 de dezembro; -----

O senhor deputado Fábio Gomes interveio para dizer que lhe parecia que havia dívidas que se mantinham face ao ano anterior, especialmente nos grandes devedores. -----

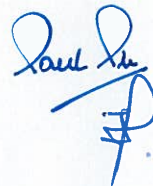
O senhor presidente da câmara frisou que as dívidas eram, na maioria, relativas a serviços de ambulância e fornecimento de água. Salientou que os serviços de ambulância deixaram de ser cobrados pelo município, porque passaram para a Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião. Os serviços de água, passariam brevemente para a responsabilidade da empresa Águas do Alto Alentejo, EIM, SA. Afirmou pretender submeter a aprovação da assembleia municipal uma proposta de prescrição das dívidas, porque a maior parte daquelas dívidas eram incobráveis. Referiu ainda que no caso das águas, a lei determina que na falta de pagamento, os contadores sejam retirados. Mas em contexto de pandemia, não o poderia fazer. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou se a câmara municipal fazia o que lhe competia e notificava as pessoas. Salientou que se tratavam de dívidas superiores a 87 mil euros. -----

O senhor presidente informou que os serviços municipais notificam os devedores, como lhes compete. Salientou que alguns consumidores já receberam muitas notificações. Mas salientou que, desde que entrou para a câmara municipal, evita ao máximo a retirada dos contadores. Por outro lado, aprova todos os pedidos de pagamento faseado, para facilitar a liquidação da dívida. Frisou ainda que, muitas vezes, retirar o contador da água não resolve o problema, acabando mesmo por ser retirado o ramal. -----

A senhora deputada Isabel Casa Branca salientou que algumas dívidas, de grandes devedores, eram recentes, de 2017 por exemplo. Questionou se essas dívidas também eram incobráveis. -----

O senhor presidente da câmara informou que, na maioria, eram dívidas que não eram assumidas pelos devedores. Grande parte eram serviços de



ambulância. Assegurou que a listagem de dívidas seria analisada pelos serviços municipais, com o apoio da jurista municipal, para avaliar a possibilidade de prescrição. -----

PONTO CINCO = listagem dos compromissos assumidos em 2021 que transitaram para 2022, nos termos da autorização prévia genérica favorável da assembleia municipal; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos assumidos em 2021 que transitaram para 2022, nos termos da autorização prévia genérica favorável da assembleia municipal. -----

O senhor deputado Fábio Gomes interveio para solicitar que fosse esclarecido porque no ponto 3 havia compromissos transitados no valor de cerca de 4 milhões e no ponto 5 havia cerca de 3 milhões. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que eram listagens diferentes. O ponto 5 era uma obrigatoriedade decorrente da aprovação da autorização prévia genérica e dizia respeito apenas aos compromissos assumidos nesse âmbito. O ponto 3 dizia respeito a todos os compromissos. Saliou que alguns desses eram compromissos já executados. -----

O senhor deputado Alberto Paisana Faria afirmou que, decorrente da análise dos pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos tinha verificado diversas referências à empresa "4MB", pediu para ser esclarecido sobre a mesma. -----

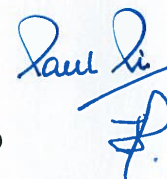
O senhor presidente da câmara esclareceu que se trata de uma empresa devidamente credenciada para fazer obras públicas, a executar várias empreitadas no concelho, todas através de concurso público. -----

O senhor deputado Fábio Gomes referiu que havia dois montantes associados à empresa "SportsPartner, pediu esclarecimentos sobre o assunto. -----

O senhor presidente esclareceu que se tratavam de despesas do Campo de Padel, a estrutura e o piso. -----

PONTO SEIS = apreciação e eventual autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

- **Serviços de portagens**, em regime continuado, a contratar com Via Verde Portugal - Gestão de Sistemas Eletrónicos de Cobrança. Despesa prevista para 2022 - 2.990,00€ (IVA incluído), 2023 - 2.990,00€ (IVA incluído) e para 2024 - 2.990,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----



- **Locação de DAE** (Desfibrilhação Automática Externa) para a Praia Fluvial do Alamal e **manutenção** dos DAE da Escola e Campo do Salgueirinho, a contratar a “Blue Ocean Medical, Lda”. Despesa prevista para 2022 – 2.398,50€ (IVA incluído), 2023 – 2.952,00€ (IVA incluído), 2024 - 2.952,00€ (IVA incluído) e para 2025 – 553,50€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Recolha e transporte a destino final de resíduos urbanos**, resíduos volumosos fora de uso e lavagem e desinfeção de contentores, na área do concelho de Gavião, pelo período de 3 anos, (concurso público internacional). Despesa prevista para 2022 – 59.588,84€ (IVA incluído), 2023 – 119.177,69€ (IVA incluído), 2024 - 2.952,00 (IVA incluído) e para 2025 - 59.588,84€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fernando Faca alertou para a insuficiente limpeza dos contentores. Afirmou ter conhecimento que apenas é feita uma vez por ano, de 8 em 8 meses. Pediu que o assunto fosse analisado, porque alguns contentores têm um cheiro nauseabundo. -----

O senhor presidente da câmara salientou que em análise estava um novo procedimento. Mas informou que, no contrato em vigor, estava contratado o serviço de limpeza, 6 vezes por ano. Salientou que, nos meses de verão, tinha sido feita a limpeza uma vez por mês e ele próprio acompanhou essa tarefa. Esse serviço, é sempre acompanhado por trabalhadores municipais. Pediu para ser informado, caso viesse a ser detetado algum incumprimento. -----

- **Manutenção da UPS** da Câmara Municipal de Gavião, a contratar a “ONDISER – Serviços Técnicos e Projetos, Lda”. Despesa prevista para 2022 – 670,84€ (IVA incluído), 2023 – 670,84€ (IVA incluído) e para 2024 – 670,84€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Taxas de manutenção das aplicações AIRC** para os anos 2022, 2023 e 2024, ajuste direto com “AIRC – Associação Informática da Região Centro”. Despesa prevista para 2022 – 28.702,05 (IVA incluído), 2023 – 29.274,00 (IVA incluído) e para 2024 – 29.859,48€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade.

- **Empreitada de “Reabilitação do Edifício da Escola Primária de Degracia Cimeira, para Instalação de Centro Interpretativo dos Percursos Pedestres e Centro BTT”**. Despesa prevista para 2022 – 50.013,90€ (IVA incluído) e para 2023 – 480.479,59€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços de consultoria técnica e financeira** por um período de 18 meses, a contratar a “Smart Vision – Assessores e Auditores Estratégicos, Lda”. Despesa prevista para 2022 – 15.805,74€ (IVA incluído) e para 2023 – 7.902,87€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Apoio Municipal “**Um comércio a pensar em si**” – apoio a instalações de novos estabelecimentos comerciais ou instalados há 4 anos no concelho, indexado à renda, a liquidar ao requerente da candidatura n.º **2021/850.10.002/10**. Despesa prevista 150,00€/mês, 1.500,00€ a liquidar em 2022 e 300,00€ a liquidar em 2023. Aprovado por unanimidade. -----

- Apoio Municipal “**Um comércio a pensar em si**” – apoio a instalações de novos estabelecimentos comerciais ou instalados há 4 anos no concelho, indexado à renda, a liquidar ao requerente da candidatura n.º **2021/850.10.002/11**. Despesa prevista 150,00€/mês, 1.500,00€ a liquidar em 2022 e 300,00€ a liquidar em 2023. Aprovado por unanimidade. -----

- **Contrapartida financeira – Contrato de Comodato por 30 anos de 8 prédios urbanos em Gavião**, a liquidar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2022 – 10.000,00€, despesa prevista para 2023 e seguintes – 10.000,00€/ano. Aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados: Fábio Gomes, Isabel Casa Branca Martins e Andreia Gaspar Ascensão. -----

- **Contrapartida financeira – Contrato de Comodato por 30 anos de 1 prédio urbano em Gavião**, a liquidar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2022 – 2.000,00€, despesa prevista para 2023 e seguintes – 2.000,00€/ano. Aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados: Fábio Gomes, Isabel Casa Branca Martins e Andreia Gaspar Ascensão. -----

Relativamente aos dois compromissos antes referidos, o senhor deputado Fábio Gomes apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: *“Decidi votar contra, pois a meu ver a CMG não deve suportar estes custos, os munícipes e contribuintes deste concelho e indiretamente do País não podem ser obrigados a suportar este tipo de despesas, sobretudo durante 30 anos, repito 30 anos. Pegando nas palavras do senhor Presidente José Pio, na ata n.º 2/2022 “a Santa Casa cedeu de forma graciosa a recuperação das casas”. Neste sentido, quando esta entidade assumiu este compromisso que vou*

aproveitar para louvar, devia ter tido em conta os problemas futuros que poderiam surgir e não estar a contar com as finanças do município. À semelhança do que o nosso vereador Vitor Filipe defendeu na reunião de câmara, eu Fábio Miguel Florindo Gomes, também considero que a instituição Santa Casa da Misericórdia de Gavião se está com dificuldades, por exemplo, na cobrança de algumas rendas urge tomar medidas concretas que poderão passar pela revisão dos contratos. Não é, de todo, boa prática estar a recorrer ao orçamento do município e indiretamente dos contribuintes para socorrer despesas geradas por incumpridores.” -----

O senhor presidente da câmara salientou que estavam em causa as habitações reabilitadas pelo município, para eliminar as barracas onde viviam alguns agregados familiares. A Santa Casa era proprietária das 7 casas e tinha sido assumido que o valor das rendas a cobrar, seria para a instituição. Relativamente ao Lagar, tinha havido um compromisso com a Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião que utilizava as instalações do antigo quartel de bombeiros de Gavião. O município pretendia vender o edifício e a associação aceitou mudar-se para o edifício do antigo lagar. Foi a associação que realizou todas as intervenções para beneficiar e tornar o espaço numa sede digna para os seus associados. O valor em apreço correspondia a uma renda mensal de cerca de 120€ e considerava justo que a Santa Casa da Misericórdia fosse compensada por ter disponibilizado o espaço. Afirmou esperar que, brevemente, o processo judicial decorrente de uma queixa privada tivesse resolução. Salientou que a câmara municipal, em momentos anteriores, tinha apoiado financeiramente outras associações de caçadores, do concelho, para beneficiação de instalações. Deu como exemplo as associações das freguesias de Margem e de Belver. Aproveitou a oportunidade para felicitar a Associação de Caça e Pesca da Freguesia de Gavião, pelo excelente trabalho desenvolvido. Afirmou que havia um edifício em ruínas, com muito lixo e conseguiram com o seu trabalho, criar um espaço digno. -----

O senhor deputado Fábio Gomes afirmou que o discurso do senhor presidente dava a ideia que ele estava contra a associação de caçadores e isso não era verdade. Referiu que a justificação dada pelo senhor presidente da câmara era diferente da que tinha dado na reunião do executivo municipal. Leu o excerto da ata n.º 02/2022 relativo à aprovação do assunto em apreço. Frisou que tinha

interpretado que os valores a pagar eram uma compensação por rendas em atraso. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que, cada um interpreta como quer. Mas estes valores eram para pagar as rendas das casas. -----

A assembleia municipal deliberou ainda aprovar, por unanimidade, a **recalendarização** dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- **Fornecimento de energia elétrica às instalações municipais**, contratada com "Petróleos de Portugal, S.A." Valor para 2021 = -188.014,21€ (IVA incluído), valor para 2024 = +188.014,21€ (IVA incluído). -----

PONTO SETE = apreciação e eventual aprovação da minuta da adenda ao contrato de gestão delegada das Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. -----

Depois de apreciada o documento e prestados todos os esclarecimentos solicitados, o assunto foi colocado a votação, tendo a assembleia municipal deliberado por maioria, com as abstenções dos deputados municipais: Alberto Paisana Faria, Paulo Serra dos Santos, Ana Luisa Jeremias e Helena Sebastião, aprovar a minuta da adenda ao contrato de gestão delegada das Águas do Alto Alentejo, EIM, S.A. -----

A senhora deputada Isabel Casa Branca afirmou ter verificado que o Município de Portalegre não constava na documentação. Questionou o motivo. -----

O senhor presidente da câmara esclareceu que o Município de Portalegre não tinha aderido ao sistema porque tinha serviços municipalizados. Informou também que os municípios de Avis e Monforte não tinham aderido por motivação política e os municípios de Elvas e Campo Maior, porque tinham concessionado o serviço de águas a uma empresa privada. -----

PONTO OITO = apreciação e eventual aprovação da proposta de prorrogação da transferência de competências, no domínio da ação social, nos termos do disposto no número 5, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação; -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de prorrogação até dia 01 de janeiro de 2023 da transferência de competências, no domínio da ação social, nos termos do disposto no número 5, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação; -----

PONTO NOVE = apreciação e eventual aprovação da proposta de abate de viatura; -----

Paulo R.
P.

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o abate do veículo VTPT 02 dos Bombeiros Voluntários de Gavião, marca Nissan, com a matrícula UL-48-64, conforme proposto pela direção da Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião. -----

O senhor presidente da câmara informou que a viatura se encontrava inoperacional e seria substituída por uma nova viatura da mesma tipologia. Informou ainda que a associação de bombeiros iria receber uma viatura VTTF.

PONTO DEZ = relatórios mensais de acompanhamento e progressão das obras municipais; -----

A assembleia municipal tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----

- Relatório mensal de acompanhamento da obra de **“Requalificação do Edifício sito no n.º 34 da Rua Dr. Dias Calazans, Gavião”**, referente ao mês de novembro de 2021”; -----
- Relatório mensal de acompanhamento da obra de **“Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas para a Mobilidade Urbana Sustentável, Gavião”**, referente ao mês de novembro de 2021”; -----
- Relatório de gestão de empreitada nº 3 da empreitada de **“Construção do Mercado e Zona de Lazer de Vale de Gaviões”**; -----
- Relatório de gestão de empreitada nº 5 da empreitada de **“Reordenamento de trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas para a Mobilidade Urbana Sustentável, Gavião”**; -----
- Relatório de gestão de empreitada nº 5 da empreitada de **“Requalificação do edifício sito no nº 34 da Rua Dr. Dias Calazans, incluindo arranjo paisagístico da envolvente”**; -----
- Relatório de gestão de empreitada nº 9 da empreitada de **“Revisão do projeto de melhoria do comportamento térmico e eficiência energética do edifício da piscina coberta de Gavião”**; -----
- Relatório de gestão de empreitada nº 3 da empreitada de **“Reabilitação do edifício do antigo Seminário de Gavião”**; -----
- Relatório mensal de progressão – 24/2021 da fiscalização da empreitada de construção da **“Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião”**; ----
- Relatório mensal de progressão – 25/2021 da fiscalização da empreitada de construção da **“Incubadora de Empresas Não Tecnológicas de Gavião”**; ----

Paul Dias
F.

- Relatório mensal de progressão – 17/2021 da fiscalização da empreitada de revisão do “**Projeto de melhoria do comportamento térmico e eficiência energética do edifício da piscina coberta de Gavião**”; -----

- Relatório mensal de acompanhamento de obra “**Requalificação do Edifício sito no nº 34 da Rua Dr. Dias Calazans, incluindo arranjo paisagístico da envolvente**”; -----

- Relatório mensal de acompanhamento de obra “**Reordenamento de trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas para a Mobilidade Urbana Sustentável, Gavião**”. -----

O senhor presidente da câmara informou que, se houvesse oportunidade, a sessão de abril seria complementada com uma visita às obras. Salientou que se verificavam alguns atrasos decorrentes da pandemia. Na obra da incubadora faltava o mobiliário. Na piscina coberta algumas canalizações teriam de ser substituídas porque tinham ficado sem utilização durante muito tempo. Esclareceu que a piscina vai ter uma caldeira a peletes, que gastará cerca de 70 toneladas por ano. Mas que se traduzirá numa importante redução de custos com o equipamento. Terá também painéis solares. Salientou que se prevê uma poupança de cerca de 35 mil euros por ano, face aos custos com gás. -----

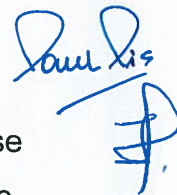
O senhor deputado Paisana Faria questionou se não haveria uma sobrecarga de trabalho para o engenheiro, com a fiscalização da obra da piscina coberta. --

O senhor presidente da câmara esclareceu que a fiscalização da obra não iria sobrecarregar, porque estava a cargo da Areanatejo. -----

PONTO ONZE = diversos; -----

O senhor **deputado Fernando Faca**, interveio a propósito de uma notícia veiculada pela imprensa sobre o projeto da Central Fotovoltaica. Questionou quantos empregos, diretos e indiretos, criaria para o concelho. E, tratando-se de um prédio rústico, com a implementação dos painéis, qual passaria a ser a classificação. Perguntou se iria ser aumentado o IMI e se traria alguma mais-valia para o concelho. -----

A senhora **deputada Andreia Gaspar** questionou o ponto de situação da escritura dos terrenos da Ribeira da Venda, que tinha sido referida na sessão anterior. Referiu também que, em complemento ao discurso do senhor presidente da câmara nas reuniões do executivo, o senhor vereador Vitor Filipe




tinha falado na hipótese de um investimento, na área dos canabinoides, se instalar no Loteamento Industrial da Comenda e criaria 30 postos de trabalho. Questionou o ponto de situação do assunto, bem como a opinião do senhor presidente da câmara sobre esse projeto. -----

O senhor **deputado Paisana Faria** questionou se a câmara municipal já tinha feito alguma coisa para que os proprietários do concelho, na zona de minifúndio pudessem proceder à regularização do registo de propriedade. Alertou também para a existência de uma fonte em Domingos da Vinha, que deixa muita água na estrada que vem da Areia para a EN244 e que podia ser aproveitada. -----

O senhor **presidente da câmara**, em resposta ao senhor Paisana Faria, informou que a Câmara Municipal de Gavião tem os seus furos desativados e só os ativa em caso de emergência. Se for necessário a câmara municipal poderá indicar alguém para fazer a captação. Quanto à questão relacionada com a regularização do registo de prédios, esclareceu que decorre o cadastro, nos concelhos a norte do Tejo. Porque apenas a freguesia de Belver o tinha feito. O estado criou condições para que o registo fosse regularizado. -----

Em resposta à deputada Andreia Gaspar, informou que a escritura dos terrenos da Ribeira da Venda tem sido um processo complicado. Informou que a escritura já tinha estado agendada, mas os proprietários não podem dispor do terreno, porque têm uma fração alugada à “Navigator” e, entretanto, informaram que já não querem vender o terreno onde estão as pinheiras. Naquele momento, aguardava-se que a “Navigator” enviasse uma declaração a confirmar que não precisava daquele terreno. Afirmou esperar que o assunto se resolvesse a curto prazo e assegurou que aquela era uma prioridade para a câmara municipal. -----

Em relação ao investimento referido, salientou que o senhor vereador Vitor Filipe tinha promovido o contacto com a representante do investidor. A câmara municipal tinha-se disponibilizado para vender os lotes do Loteamento Industrial da Comenda de que necessitavam, bem como o terreno para a cultura em hidroponia. Assegurou que a câmara municipal tudo faria para que o investimento se concretizasse. Quanto à sua opinião era, claramente, favorável. A criação de 34 postos de trabalho seria muito benéfica para o concelho. Referiu ainda que os lotes teriam que ser vendidos pelo valor



constante no respetivo regulamento, mas para o terreno adjacente seria facilitada a aquisição. -----

Em reposta ao senhor deputado Fernando Faca, começou por ler a declaração de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela câmara e aprovada pela assembleia. Em relação à criação de postos de trabalho, referiu que seriam poucos postos de trabalho diretos. Quanto aos postos de trabalho indiretos, afirmou esperar que o facto de deixarmos de repelir os investimentos, viesse a criar condições de atratividade para outros investidores. Confidenciou que, enquanto cidadão, ele também é favorável à instalação de centrais fotovoltaicas, porque o nosso país está muito dependente da importação de energia. Deu como exemplo a importação de energia da Rússia. Salientou que o nosso país tem um sol maravilhoso e devemos aproveitar esses recursos. Frisou também que, enquanto cidadãos, também nunca tínhamos beneficiado daqueles sobreiros que seriam abatidos. Salientou que tinham sido consideradas as árvores com mais de um metro de altura, mas desses, 50%, são chaparros, 25% são árvores que arderam nos incêndios e ainda estavam a recuperar e os restantes 25% são sobreiros em que a cortiça não tem qualidade e apenas pode ser utilizada para a produção de aglomerados. Referiu que o município também nunca tinha beneficiado com os sobreiros, mas com a central fotovoltaica poderá beneficiar. Esse benefício não será no IMI e a classificação do prédio será indiferente, mas, no futuro, poderemos aprovar a aplicação de derrama e na sua opinião deveria ser aplicada a taxa máxima, para lucro tributável a partir de 150 mil euros. Informou que a câmara municipal já tinha participado em dezenas de reuniões com a empresa e em relação a contrapartidas ficou muito claro que apenas poderão vir a apoiar as IPSS e a Santa Casa da Misericórdia. Afirmou acreditar que o investimento será benéfico para o concelho. -----

O senhor deputado Paulo Serras questionou quantos hectares serão ocupados pela central fotovoltaica. -----

O senhor presidente informou que a central da Margalha ocupará 15 hectares, no total. Mas, para evitar mais abate de sobreiros, a instalação será feita em "mosaicos". A central do Polvorão será ligeiramente mais pequena e a maior parte dos painéis serão instalados na área do concelho de Nisa. O centro eletroprodutor será instalado no concelho de Gavião. -----



O senhor deputado Paulo Serras reconheceu que as energias renováveis fazem falta, mas deve haver limites e não deve ser autorizada a instalação de painéis em outras zonas. -----

O senhor presidente da câmara assegurou que a câmara municipal não iria aceitar mais projetos. Saliou que a empresa irá plantar 70 mil árvores no Polvorão. Frisou que o processo de concessão da energia fotovoltaica é sempre precedido de concurso. E os concelhos de Nisa e Gavião são sempre muito apetecíveis, devido à proximidade da central do Pego e da Falagueira. –

A senhora deputada Martina de Jesus interveio para realçar que quando votou favoravelmente o reconhecimento do interesse público da central fotovoltaica desconhecia alguns pormenores. Frisou que é favorável às energias renováveis, mas é contra a desflorestação. Relativamente à questão levantada pelo senhor deputado Paisana Faria, informou que se referia a uma fonte localizada ao lado da escola de Domingos da Vinha. Informou que seria necessária uma máquina para limpar a mina e a Junta de Freguesia de Belver já tinha solicitado esse apoio, ao município. -----

O senhor presidente da assembleia municipal agradeceu as intervenções de todos os membros. Havendo público presente, questionou se alguém pretendia intervir. -----

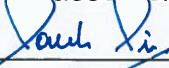
O senhor Jorge Marques dos Santos interveio para afirmar que tinha gostado muito de assistir à sessão e tinha apreciado os esclarecimentos prestados. Considerou que tudo tinha funcionado com os princípios da democracia. -----

O senhor Filipe Tibúrcio salientou que a sala não era adequada e era muito difícil ouvir as intervenções. -----

O senhor presidente da assembleia reconheceu que a sala tinha características acústicas que dificultavam a perceção das intervenções. Evidenciou que a situação pandémica estava a aliviar e afirmou esperar que houvesse condições para realizar as próximas sessões no Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----

Agradeceu a presença de todos os membros e declarou encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)